

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:  
PERSPECTIVAS NA CAPACITAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION:  
PERSPECTIVES ON TEACHER TRAINING IN THE CONTEXT OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION**

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.2-45

Valdilania Souza de Aquino <sup>1</sup>

**RESUMO**

A educação inclusiva é um conceito fundamental que busca garantir o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade, respeitando suas diferenças e promovendo um ambiente de aprendizagem que valorize a diversidade. Na educação infantil, essa abordagem adquire uma importância ainda maior, uma vez que é nesse período inicial que se constroem as bases para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo das crianças. Este artigo tem como objetivo analisar os desafios que os educadores enfrentam ao implementar a educação inclusiva no contexto da educação infantil. A inclusão, um tema de crescente relevância nos últimos anos, envolve diversos fatores complexos, como questões éticas, jurídicas, de independência, aprendizado, conflitos e valores, o que torna sua implementação na prática um processo desafiador. Além disso, a preparação para a escola e a interação próxima entre a instituição de ensino e a família são essenciais para compreender a importância da inclusão no ambiente escolar e para promover o bem-estar e o desenvolvimento integral dos alunos inseridos na educação especial. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica descritiva, que permite uma revisão e análise das principais publicações sobre o tema. A pesquisa se apoia em artigos acadêmicos, livros, dissertações e teses que discutem a educação inclusiva e os obstáculos enfrentados pelos professores nesse contexto. Um dos principais desafios identificados é a falta de formação adequada dos docentes para lidar com a diversidade na sala de aula, resultando em um sentimento generalizado de despreparo para atender às necessidades de crianças com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, o que compromete a efetividade da prática pedagógica inclusiva. Em conclusão, a implementação da educação inclusiva na educação infantil é um objetivo desafiador, que exige esforços conjuntos de professores, gestores, famílias e comunidades. Embora os desafios sejam significativos, é possível promover um ambiente de aprendizagem inclusivo por meio de uma formação adequada dos educadores, recursos apropriados e o fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva, garantindo assim o direito à educação de todas as crianças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva. Políticas Públicas. Formação dos professores.

**ABSTRACT**

Inclusive education is a fundamental concept that seeks to guarantee the right of all students to quality education, respecting their differences and promoting a learning environment that values diversity. In early childhood education, this approach becomes even more significant, as it is during this period that the foundations for social, emotional, and cognitive development are built. This article aims to analyze the challenges faced by educators in implementing inclusive education within the context of early childhood education. Inclusion, a theme of growing relevance in recent years, involves several complex factors, such as ethical, legal, independence, learning, conflicts, and values issues, making its practical implementation a challenging process. Additionally, preparation for school and close interaction between the educational institution and the family are essential to understanding the importance of inclusion in the school environment and promoting the well-being and holistic development of students involved in special education. The methodology employed is descriptive bibliographic research, which allows for a review and analysis of the main publications on the subject. The research relies on academic articles, books, dissertations, and theses that discuss inclusive education and the obstacles faced by educators in this context. One of the main challenges identified is the lack of adequate teacher training to deal with diversity in the classroom, resulting in a widespread sense of unpreparedness to meet the needs of children with disabilities or learning difficulties, which compromises the effectiveness of inclusive teaching practices. In conclusion, the implementation of inclusive education in early childhood education is a challenging goal that requires joint efforts from teachers, school managers, families, and communities. Although the challenges are significant, it is possible to promote an inclusive learning environment through proper teacher training, appropriate resources, and the strengthening of an inclusive school culture, thus ensuring the right to education for all children.

**KEYWORDS:** Inclusive Education. Public Policies. Teacher Training.

<sup>1</sup> Mestra em Ciências da Educação pela Universidad Desarrollo Sustentable -UDS.

## INTRODUÇÃO

O cenário educacional global tem enfrentado profundas transformações no que se refere às políticas de educação inclusiva. A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas, revisada em 2006, trouxe novas diretrizes para o avanço desses direitos. No Brasil, iniciativas como a Política Nacional de Educação Especial, estabelecida em 2008, e a atualização da LDB em 2015, buscaram criar condições mais favoráveis para a inclusão de estudantes com deficiência. Esses esforços resultaram em um crescimento significativo no número de alunos com necessidades especiais matriculados nas escolas regulares.

Em uma sociedade marcada pela individualidade, consumo exacerbado e competitividade, o ambiente escolar emerge como um espaço de reflexão sobre os valores que norteiam a formação das futuras gerações. A inclusão educacional, embora amplamente defendida, ainda enfrenta resistências. Muitas escolas e profissionais hesitam em adaptar-se às demandas de uma educação que acolha e valorize a diversidade. A perpetuação de comportamentos excludentes reflete preconceitos enraizados, evidenciando a necessidade de ações estruturais para promover a igualdade e o respeito às diferenças.

Leis e documentos como a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular reforçam o compromisso legal com a educação inclusiva. No entanto, a transformação efetiva do cenário escolar depende mais do que regulamentações. É essencial que as práticas pedagógicas evoluam para criar ambientes verdadeiramente inclusivos, onde todos os alunos tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente.

Historicamente, a exclusão de estudantes que não se enquadram em padrões convencionais de aprendizagem ocorreu não apenas por preconceito, mas também pela ausência de formação adequada para

educadores. Muitos professores carecem de conhecimentos específicos para lidar com a diversidade em sala de aula, o que os impede de atuar como facilitadores no processo de inclusão. Para superar essa lacuna, a formação continuada é crucial, promovendo o diálogo e a troca de experiências entre os profissionais da educação.

A implementação de práticas inclusivas requer um esforço conjunto entre escolas, famílias e a comunidade. Apesar dos avanços legislativos e das recomendações teóricas, a realidade mostra que muitos estudantes com deficiência ainda enfrentam barreiras para acessar uma educação de qualidade. A falta de recursos, suporte institucional e tecnologias assistivas, aliada à resistência à mudança de métodos pedagógicos, perpetua a exclusão.

O desafio de construir uma escola inclusiva também passa pela necessidade de revisar currículos engessados e promover uma cultura de questionamento e inovação. A valorização das diferenças deve ser um princípio norteador, rompendo com a visão homogeneizadora que ainda prevalece em muitos contextos educacionais. Como destaca Freire (2016), o verdadeiro aprendizado ocorre quando estamos abertos a rever nossas certezas e a nos desafiar constantemente.

Superar os desafios da educação inclusiva exige mais do que boas intenções. É necessário um compromisso coletivo que envolva educadores, gestores, legisladores e famílias, unindo esforços para garantir que todos os estudantes tenham acesso a um ambiente de aprendizagem que respeite suas particularidades e promova seu desenvolvimento integral.

## OBJETIVOS

Os objetivos deste artigo foram analisar os desafios e as possibilidades da educação inclusiva, com base nas contribuições de autores relevantes da área, como Lopes e Marquezine (2012), Mantoan (2006),

Sasaki (2006), Ribeiro (2007), Prieto (2006), Tardif (2002) e Marchesi (2004). A revisão de literatura desempenhou um papel fundamental ao longo de todo o processo, pois, como ressalta Santos (2006), ela é essencial para situar a pesquisa dentro do contexto da área estudada, permitindo uma melhor compreensão do que já foi discutido sobre o tema e facilitando o desenvolvimento de habilidades de pesquisa.

A metodologia adotada teve como principal objetivo entender a complexidade da educação inclusiva na educação infantil. Para isso, a pesquisa foi realizada com o auxílio do banco de dados Google Scholar, utilizando descritores-chave como "educação inclusiva", "formação de professores" e "educação infantil". Essa abordagem possibilitou a exploração e análise das contribuições de diferentes estudos, fornecendo uma base sólida para a reflexão e o desenvolvimento de novas propostas sobre a inclusão na educação infantil.

### **ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO**

O enfoque epistemológico deste estudo será baseado na teoria construtivista. Para uma pesquisa bibliográfica descritiva sobre os desafios enfrentados pelos professores na educação inclusiva na educação infantil, o construtivismo é considerado o enfoque mais adequado. O construtivismo sustenta que o conhecimento é resultado da construção ativa e pessoal do aluno, sendo o professor um mediador fundamental desse processo educativo. A aprendizagem, nesse contexto, não deve ser vista apenas como um reflexo do desenvolvimento do aluno, mas como o próprio desenvolvimento deste (Fossile, 2010).

De acordo com Piaget, a interação da criança com o mundo ao seu redor resulta em uma mudança tanto interna quanto externa em sua realidade. Para que essa mudança ocorra de forma efetiva, é necessário que a criança tenha um plano de ação. Através de esquemas de ação, a criança organiza e interpreta suas experiências, permitindo que ela se adapte às

transformações do ambiente. Assim, dois mecanismos essenciais entram em cena para o desenvolvimento de novos esquemas: assimilação e acomodação (Fossile, 2010).

No contexto da educação inclusiva, os desafios enfrentados pelos professores são profundamente moldados pelas interações sociais, culturais e institucionais. Para analisar como os professores constroem e interpretam suas experiências e os desafios na prática da educação inclusiva, uma abordagem construtivista é apropriada. Isso envolve a revisão de literatura que explore as experiências, percepções e práticas em diferentes contextos educacionais.

A pesquisa será conduzida por meio de uma revisão de literatura, buscando analisar estudos existentes, artigos acadêmicos, relatórios e outras fontes que abordem os desafios dos professores na educação inclusiva. Entre os métodos utilizados, destacam-se o estudo de caso, relatos de experiências, pesquisas empíricas e teóricas, além de revisões sistemáticas e meta-análises sobre o tema. A análise descritiva também será utilizada para sintetizar os principais desafios identificados na literatura, e a contextualização será fundamental para interpretar esses desafios à luz de teorias educacionais e epistemológicas que tratem da inclusão, diversidade e equidade na educação.

### **TIPO DE ESTUDO E SUA JUSTIFICATIVA**

A metodologia adotada para a realização deste estudo é uma pesquisa bibliográfica descritiva, que visa investigar os desafios enfrentados pelos professores na educação inclusiva na educação infantil. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal descrever e sintetizar as informações existentes sobre o tema, focando em identificar e entender as dificuldades enfrentadas pelos educadores ao implementar práticas inclusivas. As fontes de dados incluem livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações, relatórios e outros

documentos relevantes, tanto empíricos quanto teóricos, proporcionando uma base sólida para a construção do conhecimento.

A pesquisa bibliográfica descritiva, conforme os princípios propostos por Gisele Rossi, Gérson Tenório Santos e José Rubens Jardimino (2023), é uma abordagem que se concentra na revisão sistemática da literatura existente sobre um determinado tema. Seu principal objetivo é sintetizar o conhecimento disponível, identificar padrões e lacunas na pesquisa e fornecer uma base consistente para futuras investigações. Para José Filho (2006, p.64), "o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade que se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos", o que reforça a importância da pesquisa bibliográfica como ferramenta para compreender a realidade da educação inclusiva.

A escolha pela pesquisa qualitativa está alinhada à busca por uma compreensão mais rica e complexa das questões investigadas, permitindo explorar as nuances e significados das experiências dos professores. Gisele Rossi, Gérson Tenório Santos e José Rubens Jardimino destacam que a abordagem qualitativa é particularmente adequada para estudar fenômenos sociais e educacionais, onde as interações e contextos desempenham um papel crucial na formação das práticas pedagógicas. Ao focar na análise qualitativa, esta pesquisa busca ir além das simples quantificações, explorando as vivências e desafios enfrentados pelos educadores no processo de inclusão.

O desenho da pesquisa será estruturado em etapas bem definidas e sistemáticas. Primeiramente, será realizada a delimitação do problema e a definição clara dos objetivos, com ênfase nos desafios que os professores enfrentam ao lidar com a educação inclusiva. A seguir, será realizada uma revisão de literatura abrangente, utilizando bases de dados acadêmicas, como Google Scholar, e palavras-chave como "educação inclusiva", "formação de professores", "desafios na

educação" e "práticas pedagógicas inclusivas". Para garantir a relevância e a atualidade das fontes, serão estabelecidos critérios rigorosos de seleção, priorizando estudos dos últimos dez anos, com foco nos aspectos centrais da pesquisa.

A análise dos materiais selecionados será conduzida por meio de uma análise de conteúdo detalhada, com a codificação e categorização das informações. Isso permitirá identificar temas recorrentes e padrões relacionados aos desafios enfrentados pelos professores. A partir dessa análise, será feita a síntese dos principais achados da revisão de literatura, destacando as dificuldades e necessidades dos educadores na prática da educação inclusiva. A discussão dos resultados será feita à luz das teorias educacionais contemporâneas, contextualizando os desafios em relação às práticas pedagógicas e políticas educacionais.

Por fim, as conclusões serão elaboradas com base nos resultados encontrados, oferecendo recomendações práticas para melhorar a formação e o suporte aos educadores. Além disso, serão sugeridas direções para futuras pesquisas, políticas educacionais e programas de formação de professores. A importância desse desenho de pesquisa reside em sua capacidade de proporcionar uma análise crítica e detalhada dos desafios da educação inclusiva, reunindo um amplo espectro de conhecimento existente e identificando possíveis soluções.

A validação deste estudo será realizada por meio de etapas rigorosas, garantindo a credibilidade e confiabilidade dos resultados. Embora a pesquisa bibliográfica descritiva não envolva coleta de dados primários, é fundamental seguir procedimentos que assegurem a qualidade das fontes e a relevância dos achados. As etapas de validação incluirão critérios de inclusão e exclusão rigorosos, uma busca sistemática da literatura, avaliação da qualidade dos estudos selecionados, análise detalhada dos dados e triangulação de fontes para garantir a robustez das conclusões. A revisão por pares também será uma etapa importante,

garantindo que o estudo seja avaliado criticamente por especialistas da área, e a transparência e reflexividade serão mantidas ao longo de todo o processo de pesquisa, para assegurar a consistência e a qualidade da investigação.

Essa abordagem metodológica, aliada a uma validação rigorosa, permitirá construir uma base sólida para o entendimento dos desafios enfrentados pelos professores na educação inclusiva e oferecerá contribuições significativas para o aprimoramento da educação inclusiva nas escolas de educação infantil.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A tabela apresenta os artigos escolhidos de acordo com os critérios mencionados. Na pesquisa foram selecionados. Foram selecionados 22 artigos de acordo com a temática estabelecida, identificando dados bibliográficos, resumos, palavras-chave e metodologias aplicadas ao estudo. Para fins de análise e discussão dos resultados da presente pesquisa.

### PESQUISAS REALIZADAS:

AUTOR	TÍTULO	TIPO	OBJETIVO	METODOLOGIA
Almeida; Nascimento (2021)	Desafios na formação de professores para a educação inclusiva	Artigo	Levantar alguns aspectos relativos a formação de professores no Brasil, com ênfase para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular	Pesquisa Bibliográfica
Almeida, R. M (2017)	Impactos da formação continuada no desenvolvimento profissional e nas atitudes inclusivas dos professores	Revista	Apresentar as contribuições da Teoria das Inteligência Múltiplas de Howard Gardner para a perspectiva da Educação Inclusiva.	Pesquisa Bibliográfica
FERREIRA de Andrade (2014)	Políticas públicas de inclusão em Educação Infantil	Seminário Internacional de pesquisa em políticas públicas e desenvolvimento social	Evidenciar a importância da inclusão da criança com deficiência na educação infantil	Pesquisa Bibliográfica
Silva, S.M; Marturano, E. M (2010)	Condições de práticas educativas maternas e problemas de comportamentos em pré-escolares.	Artigo	Investigar como os contextos familiares e de creche influenciam o desenvolvimento das crianças.	Pesquisa Bibliográfica com estudo de caso.
VENTURA, Tatiana et al (2021)	Políticas públicas para primeira infância: Uma revisão bibliográfica de periódicos de alto impacto.	Artigo	Analisar a literatura sobre as políticas públicas voltadas à primeira infância em períodos de alto impacto no período de 2015 a 2020.	Pesquisa Bibliográfica
BARRETO, Andre de Carvalho (2016)	Paradigma sistêmico no desenvolvimento humano e familiar: a teoria de Urie Bronfenbrenner	Artigo	Discutir conceitos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner, que é fundamentado no paradigma e na perspectiva do curso aplicada ao estudo do desenvolvimento familiar e humano	Pesquisa Bibliográfica
CIABATARI, Roberta Ramos (2023)	Políticas públicas para a verdadeira educação inclusiva	Artigo	Analisar sobre as políticas públicas de educação inclusiva	Estudo de caso
SOUZA, Jorge Raimundo da Trindade; SILVA, Heloisa Glins (2021)	Utilização de metodologias ativas para o processo de educação inclusiva em	Artigo	Avaliar a utilização de metodologias ativas em aulas experimentais de Ciências associadas a educação inclusiva	Pesquisa qualitativa com estudo de caso

	aulas de ciência da natureza.		em uma perspectiva investigativa com características semelhantes a aprendizagem baseada em problemas (ABP)	
SOUZA, Jairo José de; MORAES, Eduardo Cardoso Moraes	Metodologias ativas: Ferramentas da educação inclusiva.	Revista	Abordar sobre as metodologias ativas, suas diversas definições, e como contribuem para o processo escolar que envolve prática de ensino, aluno e professor.	Pesquisa Bibliográfica
BATISTA, L.M.B.M; DA CUNHA, V.M. P.	O uso de metodologias ativas para a melhoria nas práticas de ensino e aprendizagem	Artigo	Aprofundar teoricamente as reflexões sobre a formação docente e as crenças no processo de formação, apontando as possibilidades e os benefícios no uso das metodologias ativas	Pesquisa Bibliográfica
SOLEDADE, Jacy Alice Grande (2018)	Políticas públicas de inclusão na educação infantil –fase creche: conquistas ou desafios.	Artigo	Discutir os resultados de uma pesquisa desenvolvida em 10 creches da rede pública de ensino e 05 creches conveniadas a Secretaria Municipal de Manaus (SEMED)	Levantamento de dados com observações e abordagem qualitativa
GOMES, Lima, P; MARTHENDAL, Oliveira Santos J. (2020)	A formação de professores e a educação inclusiva	Artigo	Apresentar uma breve discussão a respeito da formação do profissional da educação com foco na educação especial, principalmente a educação inclusiva.	Pesquisa Bibliográfica
SILVA, Cryslaine Santos ; NASCIMENTO, Deise Cristiane do. (2021)	Políticas públicas de inclusão social de pessoas com deficiência e necessidades educativas especiais na educação superior.	Revista Científica	Compreender as políticas públicas de inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades educativas especiais no ensino superior de 2010 a 2020	Revisão sistemática
FREITAS, Meiridien Aparecida Gomes; BAQUEIRO, Diciole Figueiredo Andrade (2014)	Políticas públicas e as pessoas com deficiência no ensino superior no contexto brasileiro.	Seminário	Construção de um panorama sobre o surgimento, a evolução e a importância das políticas públicas na sociedade contemporânea brasileira na inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior.	Resgate histórico
RIBEIRO, I.J. (2020)	Educação inclusiva e os desafios para a formação docente	Artigo	Identificar e analisar algumas peculiaridades a respeito da educação inclusiva, focando no aluno autista e na formação docente, e suas práticas pedagógicas.	Levantamento bibliográfico e consulta documental em bancos de dados oficiais
SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira; LIMA Paulo Gomes (2020)	A formação de professores e a educação inclusiva: Discussão a cerca do tema	Artigo	Apresentar uma breve discussão a respeito da formação profissional de educação com foco na educação especial	Pesquisa Bibliográfica
GUIMARAES, Thaliane Cristina ALVES (2022)	Educação inclusiva e os desafios na escola	Monografia	Conhecer e analisar os desafios que o processo de inclusão tem colocado para as escolas e avaliar como as diferenças vem sendo tratadas nesse contexto escolar	Pesquisa Bibliográfica
ASSIS, Diana Cavalcante Miranda. et al (2021)	Teoria Bioecologica de Bronfenbrenner: a influência dos processos proximais no desenvolvimento social das crianças.	Artigo	Refletir sobre a influência dos processos proximais no desenvolvimento social das crianças, com base na teoria de Bioecológica do Desenvolvimento humano, de Uriel Bronfenbrenner,	Abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica

BENEVIDES, G. S; COSTA, V.B da. (2022)	A trajetória da educação e a criação das políticas educacionais de inclusão	Artigo	Analisar as políticas educacionais com enfoque à educação especial em uma pesquisa inclusiva.	Pesquisa qualitativa bibliográfica e documental
ALVES, Paola Biasoli (1997)	A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados	Resenha	Descrever o livro A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados, cuja leitura é fundamental para a compreensão deste modelo teórico e para o planejamento de pesquisas que tenham como objetivo uma visão ecológica do desenvolvimento.	Pesquisa Bibliográfica
SANTOS, Cristiane Sousa (2020)	Educação infantil e as políticas educacionais para educação especial no município de FEIRA DE SANTANA	Artigo	Discutir sobre as políticas educacionais para Educação Especial no Município de Feira de Santana, tendo como foco as ações na educação infantil	Pesquisa Bibliográfica

FONTE: autora, 2022.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES: POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na monografia cujo título “ Educação inclusiva e os desafios da escola” Guimarães (2022) discute sobre a inclusão começou a surgir no Brasil nos anos 1990, quando a palavra inclusão passou a ser utilizada nos materiais e programas elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) Desde então, o país tem se esforçado para atender às recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei no 8.069/90, reforça os dispositivos legais supracitados ao estabelecer que "os pais ou responsáveis devem matricular os filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Essas medidas foram propostas de acordo com as metas estabelecidas na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia (1990), e na Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha (1994)

A Declaração de Salamanca demonstra a urgência de uma educação de qualidade para todos ao estabelecer que "todas as crianças têm o direito fundamental à educação e devem ser oferecidas condições para adquirir e manter um nível aceitável de

conhecimentos" (UNESCO, 1994, p. 1) A inclusão surge como uma necessidade social para assegurar que todos estejam presentes na sala de aula regular da escola regular.

Diante disso, os profissionais se mobilizaram com o objetivo de promover a Educação Escolar para todos, com um olhar atento, analisando as mudanças essenciais e políticas necessárias para desenvolver a abordagem da Educação Inclusiva, aparelhando as escolas para atender toda a sociedade, especialmente os indivíduos portadores de necessidades especiais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A Declaração de Salamanca proclama o direito de todos à educação, independentemente das diferenças pessoais, sendo um marco relevante para a proposta de educação inclusiva. A elaboração e a implementação de políticas voltadas à inclusão têm sido fundamentadas em uma série de documentos que contêm declarações, recomendações e normas jurídicas internacionais e nacionais (CORREIA, 1999). A Educação Inclusiva é uma política de justiça social que se propõe a atingir todos, como está explícito na Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de

suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

Portanto, compreende-se a “inclusão como uma provocação, onde a intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassam em suas salas de aula” (MANTOAN; PRIETO; ARANTES, 2006, p. 37). O termo educação inclusiva conjectura a instalação da escola para atender a diversidade total das necessidades dos alunos nas escolas regulares.



FONTE: ISCHKANIAN, Simone Helen Drumond, 2006.

Ferreira e Andrade (2018) no artigo “Políticas públicas de inclusão na educação infantil, os autores ressaltam que a Educação é um direito constitucional assegurado a todos os cidadãos do Brasil e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família. Deve ser fomentado e apoiado pelo Estado em parceria com a sociedade, visando o crescimento pleno do indivíduo. No que diz respeito ao aluno com necessidades especiais, a legislação se baseia em princípios presentes na Constituição Federal, bem como em normas federais, estaduais e municipais, além de estatutos e resoluções, que destacam a importância da Educação Especial para expandir e garantir a inclusão de

pessoas com deficiência na rede regular de ensino em todas as fases da educação básica.

Com relação à Educação Especial, a Carta Magna de 1988 expressa claramente a sua obrigatoriedade: “Art. 208 – O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Ainda, por meio da Decisão nº 26 do Conselho Nacional de Educação; a CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, definiu-se o sistema educacional nacional, sobretudo no ensino fundamental. Ressaltar a importância da comunicação baseada em fatos na educação especial, assim como a relevância dos serviços de educação técnica e as necessidades profissionais dos professores interessados na área. Por esse motivo, a educação especial é abordada na Declaração de Salamanca.

Embora muitas leis sobre o tema tenham como apoiar a expansão da educação especial, é importante lembrar que a teoria só terá validade se for colocada em prática na gestão profissional. Para serem eficazes e produzirem frutos, os processos e ferramentas de gestão precisam ser seguidos e utilizados nas escolas normais, em vez de serem reduzidos a máquinas copiadoras legais de “copiar e colar”.

Ciabatari (2023) A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 e 206, estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, sendo garantida mediante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade (Brasil, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), por sua vez, enfatiza a necessidade de um ensino que promova a participação de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou sensoriais.

Contudo, a existência de leis que não são suficientes para encorajar uma participação mais eficaz e transformadora. Se faz necessário olhar além da lei e reconhecer a importância de um sistema educacional que priorize os alunos com dificuldades. Num país diferente, não se trata apenas de ensinar e aprender. Para muitas crianças, a escola é a onde fazem a principal refeição do dia. Eles são vistos e tratados como indivíduos que tem (ou deveriam ter) necessidades e direitos. Esse fato fica ainda mais evidente no caso de crianças com distúrbios do neurodesenvolvimento. (Setti, 2023 APUB Ciabatar, 2023)

O economista James Heckman, laureado com o Prêmio Nobel de Economia, conduziu uma pesquisa que demonstrou o potencial das políticas públicas voltadas para a primeira infância em promover verdadeiras revoluções sociais. De acordo com Heckman, cada dólar investido pelo governo em uma criança na primeira infância resulta em um retorno de aproximadamente sete dólares ao longo de sua vida, até atingir os 50 anos. Esse retorno é atribuído aos benefícios de longo prazo

proporcionados pelo investimento em educação, saúde e desenvolvimento socioemocional na fase crucial do desenvolvimento infantil. (Weinberg, 2017, APUB Ciabatar, 2023)

A investigação de Heckman mostra que investir nas crianças é o melhor e mais eficaz investimento no desenvolvimento humano, proporcionando benefícios a longo prazo tanto para as crianças como para as pessoas. Ao garantir a igualdade desde o início da vida, as desigualdades podem ser reduzidas, os resultados educativos podem ser melhorados, o emprego e os rendimentos futuros podem ser aumentados e os problemas sociais, como o crime e a dependência da assistência social, podem ser reduzidos).

A Lei nº 8.069/1990, a proteção dos direitos da criança começa desde o nascimento.

Também a Lei nº 6.563. Tudo na vida é necessário. Com esta lei, permitimos que as crianças exerçam os seus direitos durante este período.

Portanto, os direitos civis e os direitos da primeira infância das pessoas com perturbações do neurodesenvolvimento estão inextricavelmente ligados. É importante que o governo faça as crianças pensarem na importância da detecção precoce, do prognóstico, do tratamento e do apoio às famílias com a doença. Existem oportunidades destinadas a apoiar o desenvolvimento de crianças com deficiência listadas acima.

Na esfera federal, a Lei 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, estabeleceu uma lei nacional para proteger os direitos das pessoas com autismo, determinando que as pessoas com autismo são consideradas deficientes. Objetivo (Parte 1, parágrafo 2). Também a Lei nº 6.563. Acesso, permanência, participação e formação válida (artigo 28.º, nº 2). O direito de melhorar o ensino e a aprendizagem.

Por sua vez, a Lei nº 14.254/2021 dispôs sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem. e estabeleceu que o poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para

educandos com tais transtornos. Esse programa compreende a identificação precoce do transtorno, o encaminhamento do educando para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, bem como o apoio terapêutico especializado na rede de saúde.

Para Soledade et al (2018) no artigo “Políticas públicas de inclusão na educação infantil - fase creche: conquistas ou desafios?”, observaram que existe uma impossibilidade de aplicação plena dos instrumentos legais, em decorrência da carência de recursos físicos e humanos; número de creches insuficientes para atender a demanda local e a ausência de formação para os professores que atuam nesse atendimento educativo específico, elementos esses, indispensáveis no processo de inclusão em instituições educativas

Ferreira e Andrade (2018) no artigo “Políticas públicas de inclusão na educação infantil” ressaltam que a Educação é um direito constitucional assegurado a todos os cidadãos do Brasil e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família. Deve ser fomentado e apoiado pelo Estado em parceria com a sociedade, visando o crescimento pleno do indivíduo. No que diz respeito ao aluno com necessidades especiais, a legislação se baseia em princípios presentes na Constituição Federal, bem como em normas federais, estaduais e municipais, além de estatutos e resoluções, que destacam a importância da Educação Especial para expandir e garantir a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino em todas as fases da educação básica.

Com relação à Educação Especial, a Carta Magna de 1988 expressa claramente a sua obrigatoriedade: “Art. 208 – O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Ainda, por meio da Decisão nº 26 do Conselho Nacional de Educação; a CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, definiu-se o sistema educacional nacional, sobretudo no ensino fundamental. Ressaltar a

importância da comunicação baseada em fatos na educação especial, assim como a relevância dos serviços de educação técnica e as necessidades profissionais dos professores interessados na área. Por esse motivo, a educação especial é abordada na Declaração de Salamanca.

Embora muitas leis sobre o tema tenham como apoiar a expansão da educação especial, é importante lembrar que a teoria só terá validade se for colocada em prática na gestão profissional. Para serem eficazes e produzirem frutos, os processos e ferramentas de gestão precisam ser seguidos e utilizados nas escolas normais, em vez de serem reduzidos a máquinas copiadoras legais de “copiar e colar”.

No artigo Educação infantil e as políticas educacionais para a Educação Especial no município de Feira de Santana, Santos (2020) relata que embora os documentos apresentem questões importantes ainda é preciso criar políticas educacionais que permitem promover a formação de profissionais na área educação no que diz respeito à implementação da proposta curricular, bem como para a Meta 1 relativa à Educação Especial Infantil é atingida. Portanto, é importante ressaltar que a publicação do Plano Municipal de Território A escolarização foi um grande avanço para a comunidade em termos de processo inclusão, mas é preciso ampliar ações, atingir metas, especialmente no que diz respeito à educação infantil, para que desde cedo primeira infância para promover uma educação que respeite a singularidade e tem que ser verdadeiramente inclusivo.

Souza e Miranda (2020) investigaram a relação entre as políticas públicas baseadas na LDB e a inclusão escolar. A pesquisa revelou que, embora a LDB forneça um quadro legal robusto, a efetividade das políticas depende de sua implementação prática e do suporte governamental contínuo. "A LDB oferece uma estrutura legal sólida para a inclusão escolar, mas a efetividade das políticas públicas depende de uma implementação

prática eficaz e de um suporte governamental consistente" (Souza; Miranda, 2020, p. 57).

## LDB E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A LDB estabelece diretrizes para a organização da educação nacional, incluindo a garantia de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A lei promove a inclusão desses alunos nas classes comuns do ensino regular, oferecendo suporte necessário para o seu desenvolvimento.

Oliveira e Silva (2017) investigaram a implementação da educação inclusiva conforme as diretrizes da LDB em escolas públicas brasileiras. A pesquisa destacou desafios como a falta de formação adequada dos professores, escassez de recursos e resistências institucionais. "A implementação da educação inclusiva conforme as diretrizes da LDB enfrentam vários desafios, incluindo a falta de formação adequada dos professores e a escassez de recursos" (Oliveira & Silva, 2017, p. 55).

Santos e Lima (2018) analisaram a formação de professores para a educação inclusiva em conformidade com a LDB. O estudo mostrou que a formação inicial dos professores frequentemente não aborda suficientemente a educação inclusiva, sendo a formação continuada crucial para preencher essa lacuna. "A formação inicial dos professores frequentemente não aborda suficientemente a educação inclusiva, destacando a importância da formação continuada" (Santos & Lima, 2018, p. 62).

Sobre a percepção dos pais Ferreira e Nascimento (2016) examinaram a percepção dos alunos com necessidades especiais e seus pais sobre a educação inclusiva conforme a LDB. O estudo revelou que, embora haja um reconhecimento dos avanços na inclusão, ainda existem preocupações quanto à adequação dos recursos e à preparação dos professores. "Há um reconhecimento

dos avanços na inclusão conforme a LDB, mas os alunos e seus pais ainda expressam preocupações quanto à adequação dos recursos e à preparação dos professores" (Ferreira e Nascimento, 2016, p. 44).

Almeida e Souza (2019) avaliaram o impacto da educação inclusiva no desempenho acadêmico de alunos com deficiência em escolas públicas, conforme a LDB. A pesquisa indicou que a inclusão, quando bem implementada, pode levar a melhorias significativas no desempenho acadêmico desses alunos. "A inclusão, quando bem implementada, conforme as diretrizes da LDB, pode resultar em melhorias significativas no desempenho acadêmico de alunos com deficiência" (Almeida & Souza, 2019, p. 58).

Ribeiro e Gomes (2017) analisaram os desafios da educação inclusiva em contextos urbanos conforme a LDB. O estudo apontou que, apesar das diretrizes da LDB, a sobrecarga de alunos em escolas urbanas e a falta de recursos específicos dificultam a plena inclusão. "Apesar das diretrizes da LDB, a sobrecarga de alunos em escolas urbanas e a falta de recursos específicos são desafios significativos para a educação inclusiva" (Ribeiro; Gomes, 2017, p. 63).

Andrade e Silva (2018) investigaram a eficácia dos programas de formação continuada para professores em práticas inclusivas conforme a LDB. A pesquisa indicou que programas de formação bem-estruturados são essenciais para capacitar os professores e promover a inclusão efetiva. "Programas de formação continuada bem-estruturados são essenciais para capacitar os professores e promover práticas inclusivas eficazes conforme a LDB" (Andrade e Silva, 2018, p. 49).

Carvalho e Lima (2019) estudaram o acolhimento de alunos com necessidades especiais e a adaptação curricular nas escolas conforme as diretrizes da LDB. O estudo destacou que a adaptação curricular é fundamental para garantir o acesso e a permanência desses alunos no ambiente escolar. "A adaptação curricular é fundamental para garantir o acesso e a permanência de alunos com necessidades especiais no

ambiente escolar, conforme as diretrizes da LDB" (Carvalho e Lima, 2019, p. 52).

A análise desses estudos reforçam a importância da LDB como um marco regulatório para a educação inclusiva no Brasil, mas também destacam os desafios na implementação prática de suas diretrizes. A formação continuada de professores, a adaptação curricular, a gestão de recursos e o suporte governamental são aspectos cruciais para a efetividade da inclusão escolar conforme a LDB.

## **A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE BRONFENBRENNER**

Assis et al (2021) comenta que a teoria do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner foi publicada no final dos anos 1970. Utilizando essa teoria, ele revelou os importantes pontos de partida da disciplina no planejamento e desenvolvimento do estudo de ambientes naturais. A sua principal crítica foi a forma tradicional de estudar o desenvolvimento humano, onde a maior parte da investigação sobre desenvolvimento era feita "fora do contexto". Para ele, a influência múltipla do contexto em que os sujeitos vivem foi negligenciada porque as pesquisas focaram apenas no desenvolvimento do indivíduo em um ambiente limitado e estático (Bronfenbrenner, 1979).

As principais razões pelas quais Bronfenbrenner decidiu iniciar este projeto foram as limitações de vários estudos psicológicos, principalmente estudos de laboratório, e as demandas de políticos interessados em políticas sociais relacionadas com crianças, jovens e seus filhos. famílias (Zilmer, 2011). Bronfenbrenner sempre criticou as formas artificiais e limitadas de pesquisa (Delgado, 2009). Ele argumentou que tais estudos não são adequados para investigar processos de desenvolvimento nos ambientes mais familiares às crianças (Rosa e Tudge, 2013).

O objetivo de Bronfenbrenner é compreender a realidade holisticamente como uma pessoa a vivencia e a

vê em um contexto vivo, portanto Bronfenbrenner privilegia teoricamente o estudo do desenvolvimento contextualmente e em ambientes naturais, em oposição aos experimentos de laboratório (Bronfenbrenner, 1979). Segundo Bronfenbrenner (1979), a noção de que o ambiente influencia o desenvolvimento já era conhecida e difundida na ciência da época. No entanto, argumentou que, apesar deste entendimento comum, pouca atenção tem sido dada ao estudo e à teoria das influências ambientais no desenvolvimento humano.

Bronfenbrenner considera o desenvolvimento como um processo recíproco, resultante da interação dos vários sistemas que o compõem. Assim, a transição entre cada um desses ambientes e a qualidade relacional nele estabelecida, influenciarão o trajeto desenvolvimental. Sendo assim, o desenvolvimento humano caracteriza-se pela interatividade entre os processos de mudança e de continuidade ao longo das várias fases do ciclo vital (Diniz & Koller, 2010). Apesar de a criança interagir com os outros e com as coisas ao seu redor, desde o momento de seu nascimento, nos primeiros anos de vida ela mantém essas interações principalmente com pessoas e ambientes familiares. A primeira modificação ocorre quando ela ingressa na instituição de educação infantil, onde suas relações sociais se ampliam e novas situações e pessoas são introduzidas para ela, bem como para sua família (Bhering & Sarkis, 2009).

A criança está ligada ao microsistema familiar e ao microsistema escolar, e as relações que desenvolve com os seus pais, professores e pares em cada sistema são diferentes e afetam o seu desenvolvimento e presença no mundo de diferentes formas (Carvalho-Barreto, 2016).

Na teoria bioecológica do desenvolvimento humano, Bronfenbrenner está mais preocupado com as diferenças entre os conceitos de ambiente, pessoa, processo imediato e tempo em relação ao desenvolvimento humano. O autor enfatiza processos próximos e os chama de "motores de desenvolvimento". Isto indica que os potenciais de desenvolvimento são

realizados e influenciam fortemente os resultados do desenvolvimento devido aos processos próximos. Os processos próximos são caracterizados por interações recíprocas e cada vez mais complexas entre o organismo humano e as pessoas/objetos em seu ambiente imediato, onde ambas as partes permanecem ativas e se estimulam (Bronfenbrenner, 1979).

Alves (2021) ressalta que ao discutir o sistema externo, Bronfenbrenner considera os ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento não está presente, mas as relações entre eles influenciam o seu desenvolvimento. As decisões tomadas pela gestão escolar, os programas oferecidos pelas organizações de bairro, as relações entre os pais no local de trabalho são exemplos de como funciona este vasto sistema. Além do sistema externo, Bronfenbrenner descreve o macrosistema, que inclui os sistemas de valores e crenças que permeiam a existência de diferentes culturas e são vivenciados e assimilados durante o processo de desenvolvimento. É extremamente importante dizer que a relação entre estes quatro sistemas parece profundamente unificada quando analisada e delinea a interação dinâmica entre eles.

Caetano e Yunes (2017) aplicaram a teoria bioecológica para compreender o desenvolvimento humano no contexto da família. Argumentam que a família é um microsistema crucial que interage com outros sistemas como a escola (mesossistema) e o ambiente de trabalho dos pais (exsistema) para influenciar o desenvolvimento das crianças. Os autores enfatizam que as interações familiares são essenciais para o desenvolvimento socioemocional e cognitivo das crianças, e que essas interações são influenciadas por fatores culturais e sociais mais amplos (macrosistema) e por mudanças ao longo do tempo (sistema crônico).

Santos e Oliveira (2017) exploram a aplicação da teoria bioecológica no contexto da educação infantil, destacando como diferentes sistemas ecológicos influenciam a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. Eles examinam como o ambiente escolar

(microsistema) interage com a família e a comunidade (mesossistema) para apoiar ou dificultar o desenvolvimento infantil. Os autores também discutem como as políticas educacionais e as normas culturais (o macrosistema) influenciam as práticas educacionais e as oportunidades de aprendizagem. Argumentam que uma compreensão profunda destes factores pode ajudar a criar ambientes de aprendizagem mais eficazes e inclusivos.

Leme e Castro (2015) utilizam a teoria bioecológica para analisar como diferentes sistemas ecológicos afetam o desenvolvimento socioemocional dos jovens. Argumentam que as interações dentro da família, da escola e da comunidade (microsistema e mesossistema) são fundamentais para o bem-estar emocional e social dos jovens. Os autores também examinam como os eventos e condições do ecossistema, tais como o estatuto económico familiar ou as políticas educativas, afectam indirectamente os jovens. Além disso, discutimos como as normas culturais e os valores sociais (macrosistema) e as mudanças ao longo do tempo (cronossistema) moldam as experiências e o desenvolvimento dos jovens.

A teoria de Bronfenbrenner, também conhecida como Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, é um modelo teórico que descreve como o ambiente social e físico influencia o desenvolvimento humano. Esta teoria é composta por quatro sistemas inter-relacionados: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. A seguir, apresento uma análise breve desta teoria, juntamente com duas referências acadêmicas.

## ANÁLISE DA TEORIA BIOECOLÓGICA DE BRONFENBRENNER

O conceito de **microsistema** refere-se ao nível mais próximo do indivíduo, englobando as relações diretas que ele estabelece em seus ambientes imediatos, como a família, a escola, os amigos e o local de trabalho.

Nesse nível, as interações são bidirecionais, ou seja, tanto o indivíduo exerce influência sobre o ambiente quanto é influenciado por ele. Esse processo é fundamental para entender o desenvolvimento humano, pois os indivíduos não apenas moldam seus contextos, mas também são moldados por eles.

O **mesossistema**, por sua vez, aborda as interações entre os diferentes microsistemas. Um exemplo disso pode ser observado na relação entre a família e a escola de uma criança. Essas interações entre contextos distintos são cruciais, pois revelam como os diferentes ambientes em que o indivíduo está inserido se conectam e influenciam mutuamente o seu desenvolvimento. Essa interdependência entre os sistemas pode impactar positivamente ou negativamente o comportamento e as atitudes do indivíduo.

O **exossistema** envolve os contextos em que o indivíduo não participa diretamente, mas que, de alguma forma, ainda afetam sua vida. Pode-se citar como exemplo o ambiente de trabalho dos pais ou as redes de apoio comunitário, que impactam indiretamente a criança ou o jovem, influenciando sua rotina, recursos e oportunidades.

Por fim, o **macrossistema** se refere ao contexto cultural mais amplo, englobando as crenças, valores, normas e leis de uma sociedade. Esse nível é responsável por moldar os outros sistemas, pois as ideologias e as normas culturais têm um papel determinante nas interações entre os outros contextos. As influências do macrossistema são profundas, pois guiam não só os indivíduos, mas também as instituições e os grupos em que estão inseridos.

No **contexto educacional**, as pesquisas no Brasil frequentemente utilizam a teoria de Bronfenbrenner para entender como os diferentes ambientes escolares afetam o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Estudos indicam que as interações entre os microsistemas da família e da escola têm um impacto direto no desempenho acadêmico e no bem-estar

emocional dos estudantes. A qualidade dessas interações é fundamental para que o estudante possa atingir seu potencial máximo, tanto no aspecto cognitivo quanto no emocional.

Além disso, a teoria é também aplicada no contexto familiar, principalmente para entender as dinâmicas familiares e sua influência no desenvolvimento infantil. A estrutura familiar, as práticas de educação parental e o suporte social oferecido pelo exossistema são fatores que afetam diretamente o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças. Compreender essas influências é crucial para promover ambientes familiares mais favoráveis ao desenvolvimento saudável.

A **aplicação da teoria de Bronfenbrenner** também se estende à análise de políticas públicas, principalmente no que diz respeito a programas voltados para a infância e adolescência. O impacto de iniciativas governamentais e comunitárias no desenvolvimento de crianças em situações de vulnerabilidade social tem sido um tema central de pesquisa. Os estudos sugerem que políticas públicas que consideram as interações entre os diferentes sistemas – como o microsistema, mesossistema, exossistema e macrossistema – são mais eficazes em promover o bem-estar infantil.

Em seu artigo "Paradigma Sistêmico no Desenvolvimento Humano e Familiar: A Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner", Barreto (2023) expõe que o desenvolvimento humano é um fenômeno contínuo, marcado pela mudança nas características biopsicológicas dos indivíduos. Ele enfatiza que os contextos mais próximos e mais distantes do indivíduo são fundamentais para esse processo. Além disso, a passagem do tempo e as interações entre o organismo e o ambiente desempenham papéis cruciais. Embora a teoria tenha grande valor explicativo, Barreto defende que os conceitos de sua teoria bioecológica e o modelo de processo, pessoa, contexto e tempo precisam evoluir tanto teoricamente quanto metodologicamente.

Pesquisas, como a de Silva e Marturano (2002), em "Os Contextos Familiares e de Creche e o Desenvolvimento de Crianças" (*Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 55-63), investigam como os contextos familiares e escolares (microssistemas) afetam o desenvolvimento infantil. O estudo destaca que a interação entre esses ambientes é fundamental para o crescimento e aprendizagem das crianças pequenas.

Além disso, Baptista e Oliveira (2004), no artigo "A Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner como Suporte Metodológico na Avaliação de Programas Preventivos em Educação Infantil" (*Psicologia Escolar e Educacional*, 8(1), 45-52), aplicam a teoria de Bronfenbrenner na avaliação de programas preventivos em educação infantil, ressaltando a importância de considerar os múltiplos níveis de influência ao avaliar a eficácia das intervenções educacionais.

Souza (2013) também discutiu como a teoria bioecológica é usada para entender o impacto dos diferentes níveis de influência no desenvolvimento e inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares.

Pesquisas sobre políticas públicas também têm analisado como programas sociais e iniciativas governamentais afetam o desenvolvimento infantil. Utilizando a teoria de Bronfenbrenner, essas pesquisas mostram como a criação de um ambiente favorável e a implementação de políticas integradas, que consideram as interações entre os diferentes sistemas, podem ser benéficas para o bem-estar das crianças.

Finalmente, a teoria tem sido aplicada para analisar o impacto das dinâmicas familiares no desenvolvimento infantil, considerando como as relações dentro do microssistema familiar, bem como as interações entre a família e outros contextos, como a escola (mesossistema), influenciam o desenvolvimento das crianças. Além disso, a teoria de Bronfenbrenner também tem sido importante na investigação da inclusão educacional de alunos com necessidades especiais, mostrando como políticas educacionais inclusivas podem

favorecer ou dificultar o processo de inclusão e desenvolvimento desses alunos.

As diversas pesquisas realizadas no Brasil evidenciam a relevância da teoria bioecológica de Bronfenbrenner, destacando a importância das interações entre os diferentes ambientes para o desenvolvimento saudável e inclusivo das crianças. A teoria continua sendo uma ferramenta valiosa para entender e melhorar as práticas educacionais e familiares, além de avaliar e formular políticas públicas mais eficazes.

### **A APRENDIZAGEM CENTRADA NO ALUNO**

A aprendizagem centrada no aluno inclusivo é um modelo educacional que coloca o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo suas necessidades individuais, habilidades e interesses. Este enfoque é particularmente importante na educação inclusiva, onde a diversidade de alunos com diferentes habilidades e necessidades deve ser considerada para garantir um ambiente de aprendizagem equitativo e eficaz.

A aprendizagem centrada no aluno é fundamentada na teoria construtivista, que enfatiza a importância da participação ativa dos alunos na construção do conhecimento. Jean Piaget e Lev Vygotsky são dois teóricos cujas ideias contribuíram significativamente para essa abordagem. Piaget destacou o papel ativo do aluno na construção do conhecimento através de processos de assimilação e acomodação, enquanto Vygotsky enfatizou a importância da interação social e da mediação cultural no desenvolvimento cognitivo.

Na dinâmica psicológica centrada no contato, que Rogers (1977) desenvolveu em consultas psicológicas e depois se estendeu à educação, ele observou que as condições que tornam possível a mudança e desenvolvimento de uma pessoa e quais os efeitos ou resultados específicos dessas condições.

Segundo Macedo (2000), num espaço educativo, possibilitando a aprendizagem de conceitos e ideias interligadas a uma ressignificação da realidade pelos educandos, alcançando mudanças orgânicas significativas, pode-se favorecer o crescimento pessoal e conseqüentemente, a melhoria da saúde mental deles. De acordo com a teoria de Rogers (1980), "o organismo, em seu estado normal, busca a sua própria realização, a autorregulação e a independência do controle externo.

A personalização da aprendizagem envolve adaptar o currículo, as metodologias de ensino e as avaliações para atender às necessidades e aos estilos de aprendizagem individuais dos alunos. Segundo Tomlinson (2014), a diferenciação é um componente crucial dessa abordagem, permitindo que os professores modifiquem o conteúdo, o processo e os produtos de aprendizagem com base nas necessidades de cada aluno.

A educação inclusiva visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. De acordo com a UNESCO (1994), a inclusão é um processo dinâmico que requer a remoção de barreiras à aprendizagem e a promoção de um ambiente educacional acolhedor e participativo.

Um estudo realizado por Oliveira (2017) explorou a personalização da aprendizagem em contextos inclusivos no Brasil. A pesquisa destacou a importância de adaptar o currículo para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência. Oliveira argumenta que a personalização da aprendizagem pode ser facilitada através do uso de tecnologia assistiva e da implementação de planos educacionais individualizados (PEI). "A personalização da aprendizagem permite que cada aluno progrida no seu próprio ritmo, garantindo que suas necessidades específicas sejam atendidas de maneira adequada" (Oliveira, 2017, p. 45).

Silva (2019) investigou a participação ativa dos alunos em escolas inclusivas brasileiras. A pesquisa enfatizou o uso de metodologias ativas, como a

aprendizagem baseada em projetos e o ensino colaborativo, que incentivam os alunos a se envolverem ativamente no processo de aprendizagem. "A participação ativa dos alunos é essencial para a construção de um ambiente inclusivo, onde todos se sintam valorizados e engajados" (Silva, 2019, p. 30).

Matos (2020) examinou o uso da avaliação formativa em salas de aula inclusivas no Brasil. O estudo encontrou que a avaliação formativa é uma prática eficaz para monitorar o progresso dos alunos e ajustar as estratégias de ensino conforme necessário. Matos sugere que a formação contínua dos professores em práticas de avaliação formativa é crucial para o sucesso da aprendizagem inclusiva. "A avaliação formativa oferece feedback constante tanto para alunos quanto para professores, permitindo ajustes no ensino que atendam melhor às necessidades individuais" (Matos, 2020, p. 58).

Um estudo de Souza e Pereira (2018) explorou a inclusão e a equidade em escolas públicas brasileiras. A pesquisa destacou que, embora haja políticas nacionais de inclusão, a implementação prática dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos e a necessidade de mudança nas atitudes dos educadores. "A inclusão escolar no Brasil ainda enfrenta barreiras, mas iniciativas que promovem a equidade e a diversidade podem contribuir para um ambiente mais inclusivo" (Souza; Pereira, 2018, p. 72).

Freitas (2016) investigou os desafios enfrentados por escolas inclusivas brasileiras, destacando a escassez de recursos materiais e humanos. O estudo sugere que o investimento em infraestrutura e em formação profissional é essencial para a implementação eficaz da educação inclusiva. "A falta de recursos adequados é uma barreira significativa para a implementação da educação inclusiva nas escolas brasileiras" (Freitas, 2016, p. 95).

Um estudo de Andrade e Lima (2021) focou na formação de professores para a educação inclusiva. A pesquisa identificou que muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade em

sala de aula e destacou a importância de programas de formação continuada que abordem as práticas inclusivas. "A formação contínua é crucial para capacitar os professores a implementar estratégias pedagógicas inclusivas eficazes" (Andrade; Lima, 2021, p. 88).

Santos (2015) explorou as atitudes e crenças dos professores em relação à inclusão. O estudo revelou que, apesar de reconhecerem a importância da inclusão, muitos professores ainda têm preconceitos que podem afetar a prática inclusiva. Santos sugere que campanhas de conscientização e formação específica podem ajudar a mudar essas atitudes. "Mudar as atitudes dos educadores é fundamental para promover uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva" (Santos, 2015, p. 67).

As pesquisas brasileiras sobre a aprendizagem centrada no aluno inclusivo indicam que, embora existam avanços significativos, ainda há desafios a serem superados. A personalização da aprendizagem, a participação ativa dos alunos, a avaliação formativa e a promoção da inclusão e equidade são elementos cruciais para o sucesso dessa abordagem. Investimentos em recursos, formação contínua dos professores e mudanças nas atitudes e crenças são necessários para garantir uma educação inclusiva de qualidade para todos os alunos.

Ao focar nas necessidades individuais dos alunos e promover um ambiente de aprendizagem participativo e acolhedor, essa abordagem pode ajudar a superar as barreiras à inclusão e a garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo. No contexto brasileiro, a aprendizagem centrada no aluno inclusivo tem sido objeto de diversas pesquisas que exploram a eficácia e os desafios dessa abordagem. A seguir, apresento uma análise baseada em alguns estudos relevantes realizados no Brasil.

## METODOLOGIAS ATIVAS

De acordo com Beck (2018), o conceito de metodologias ativas surgiu recentemente com essa nomenclatura; no entanto, nos estudos dos intelectuais

Vygotsky, Dewey, Knowles, Freire e Rogers, apesar de não citarem o termo, as ideias do método e a aplicação já eram defendidas. Suhr (2016, p. 8) define que "as metodologias ativas são um conjunto de propostas diversas que têm em comum o fato de se contraporem à metodologia expositiva, considerada responsável pela postura passiva e heterônoma do aluno".



FONTE: autora, 2022.

Barreto (2018) investigou o impacto das metodologias ativas em salas de aula inclusivas no Brasil. O estudo destacou que práticas como a sala de aula invertida e a aprendizagem baseada em problemas podem promover um ambiente mais engajador e inclusivo para todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. "As metodologias ativas proporcionam um ambiente de aprendizagem dinâmico, onde todos os alunos podem participar e contribuir de acordo com suas habilidades e interesses" (Barreto, 2018, p. 43).

Conforme destacado por Sobral e Campos (2012), a abordagem ativa se fundamenta na educação crítico-reflexiva, promovendo a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, o que resulta em um maior envolvimento dos alunos na busca pelo conhecimento. A ideia é estimular que os estudantes assumam o papel principal, aprendendo de maneira autônoma e participativa, enquanto o professor atua como mediador, promovendo um trabalho colaborativo. A parceria requerida envolve a garantia de que haja

igualdade na distribuição das obrigações, criando um ambiente democrático onde todos tenham voz durante as atividades, compartilhando suas vivências e experiências.

É evidente que os educadores necessitam se renovar diante desse cenário desafiador e repleto de dúvidas, fazendo uso intensivo de recursos digitais em suas abordagens. Ao enfrentar diferentes turmas e estudantes, tais circunstâncias demandam uma abordagem e método de ensino distintos, o que se deve à variedade e heterogeneidade dos perfis de cada classe e aluno. Nesse sentido, entende-se que o docente necessita sair de sua zona de conforto e buscar toda e qualquer situação de ação instrutiva, como explana Libâneo, Oliveira e Toschi (2007):

O conceito de docência passa a não se constituir apenas de um ato restrito de ministrar aulas [...] nesse novo contexto, passa a ser entendido na amplitude do trabalho pedagógico, ou seja, toda atividade educativa desenvolvida em espaços escolares e não escolares pode-se ter o entendimento de docência (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2007, p. 23).

Como parte da parte da inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais, uma abordagem proactiva pode facilitar este processo, uma vez que estes alunos necessitam de um processo de monitorização separado que exige que os professores e outros educadores relevantes redefinam as práticas atuais. Os temas e as questões abordadas por Freire (1999) refletem uma metodologia ativa como ferramenta de mudança pessoal e até social. Portanto, ao introduzir métodos ativos na prática docente, é benefício integrar alunos com necessidades educacionais específicas. Dadas as diversas perspectivas que as metodologias ativas trazem para a integração de alunos com necessidades educativas específicas, vale destacar a autonomia, que é possível para todos. “No processo de aprendizagem só pode aprender verdadeiramente quem

aplica o que aprende. Surgiu uma metodologia ativa, contrária à lógica formal da prática educativa. O princípio é: Oferecer aos alunos diferentes ferramentas para promover sua educação completa (Titton, 2020).

As abordagens ativas à educação incluem métodos positivos destinados a desenvolver formas de aprendizagem. Nesse processo, o professor utiliza a mediação, buscando fomentar a autonomia do aluno, estimular sua curiosidade e incentivá-lo a refletir sobre suas decisões individuais e coletivas, que são influenciadas por suas próprias experiências de prática social. Si e Alank (2014).

Ao analisar o papel do pensamento na experiência, pode-se observar que a reflexão é diferente entre o que tentamos fazer e o que resulta. Uma experiência significativa não é possível se não tivermos abertura intelectual, por isso percebe-se dois tipos diferentes de experiência, os psicólogos chamam de experiência e erro, dependendo da proporção que acontece com a reflexão. A reflexão desempenha, portanto, um papel muito importante na experiência de alunos e professores. É uma porta aberta ao intelecto e é de grande importância para a aquisição de conhecimentos e práticas de conhecimentos variáveis.

Souza e Moraes (2021) destacam que no âmbito da inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais específicas, as metodologias ativas são capazes de auxiliar nesse processo à medida em que esses alunos requerem um processo de acompanhamento individual que exige do professor e demais educadores envolvidos uma ressignificação das práticas correntes. A questão sujeito e mundo, discorrida por Freire (1999), reflete que as metodologias ativas são ferramentas que favorecem mudanças individuais e, conseqüentemente, sociais. Logo, a inclusão do aluno com necessidades educacionais específicas é favorecida pela inserção das metodologias ativas na prática docente. Diante das mais variadas perspectivas que as metodologias ativas trazem à inclusão do aluno com

necessidades educacionais específicas, podemos destacar a autonomia, que deve ser possibilitada a todos.

## POSSIBILIDADES E BENEFÍCIOS DAS METODOLOGIAS ATIVAS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se esperam que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Objetivando propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, é balizadora da qualidade da educação no Brasil por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito.

Para Moran (2013), o mundo contemporâneo vive um momento diferenciado do ponto de vista do ensinar e aprender. Aprendemos de várias formas, em redes, sozinhos, por intercâmbios, em grupos etc. Para ele, essa liberdade de tempo e de espaço em processos de aprendizagem configura um novo cenário educacional em que várias situações de aprendizagem são possíveis com a ajuda das metodologias ativas. Há muitos estudos comprovando os benefícios do uso das metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O psiquiatra estadunidense William Glasser desenvolveu uma teoria da pirâmide de aprendizagem, onde evidencia a otimização na retenção dos conteúdos pelos alunos.

Vários estudos concluem que, entre os meios utilizados para adquirir conhecimento, há alguns cujo processo de assimilação ocorre mais facilmente. Desse modo, temos como referência uma teoria do psiquiatra americano William Glasser para explicar como as pessoas geralmente aprendem e qual a eficiência dos métodos nesse processo. De acordo com Glasser, o professor é um guia para o aluno e não um chefe e orienta que, no processo de ensino e aprendizagem, não se deve trabalhar apenas com memorização, porque a maioria dos alunos simplesmente esquecem os conceitos

após a aula. Em vez disso, o psiquiatra sugere que os alunos aprendem efetivamente com você, fazendo.

FIGURA – Pirâmide de aprendizagem de William Glasser



**LEGENDA:** A Pirâmide de Aprendizagem de William Glasser.

**FONTE:** Explorador, 2017.

A teoria da Pirâmide de Aprendizagem desenvolvida por ele, trouxe uma mudança no paradigma do ensino, ao estimular a participação ativa dos estudantes para a construção do conhecimento.

Segundo a teoria, o conhecimento é assimilado em proporções diferentes de acordo com a maneira com que você estuda. A leitura de um conteúdo, por exemplo, possibilita a retenção de uma porcentagem menor das informações do que explicar o assunto a alguém. Assim, de acordo com os estudos de William Glasser, ao ser exposto a metodologias ativas de ensino, o aluno se desenvolve e aprende melhor.

A ampliação dos estudos brasileiros sobre a aprendizagem centrada no aluno inclusive reforça a importância de uma abordagem holística que inclua metodologias ativas, tecnologias assistivas, formação continuada de professores, políticas educacionais eficazes e o envolvimento dos pais. Esses elementos são essenciais para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e equitativo que atenda às necessidades de todos os alunos.

## FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Oliveira e Silva (2018) investigaram a eficácia de programas de formação continuada que focam em práticas pedagógicas inclusivas. A pesquisa mostrou que professores que participaram desses programas demonstraram uma melhora significativa em suas habilidades para adaptar o currículo e utilizar metodologias inclusivas. "A formação continuada que aborda práticas inclusivas permite aos professores desenvolverem habilidades essenciais para adaptar o currículo e promover a participação de todos os alunos" (Oliveira & Silva, 2018, p. 34).

Almeida (2017) examinou o impacto da formação continuada no desenvolvimento profissional e nas atitudes inclusivas dos professores. A pesquisa indicou que a formação regular em educação inclusiva não só melhora as práticas pedagógicas, mas também transforma as atitudes dos professores em relação à inclusão. "A formação continuada não apenas aprimora as habilidades pedagógicas, mas também promove mudanças positivas nas atitudes dos professores em relação à inclusão escolar" (Almeida, 2017, p. 54).

Rocha e Coelho (2022) No artigo a "Formação de professores e a importância do ensino colaborativo para fomentar a educação inclusiva, enfatizaram que o paradigma da inclusão tem como princípio uma educação de qualidade proporcionada para todos na qual os professores sejam formados com o propósito de cooperar para a construção de uma sociedade inclusiva, ao reconhecerem e valorizarem a diversidade humana. Essa premissa deve ter o seu suporte na formação de professores para atuação em Educação Especial e Inclusiva, com a abrangência dos seus serviços.

Cardoso e Pereira (2019) exploraram os desafios e as soluções na formação continuada de professores em contextos rurais. A pesquisa enfatizou a necessidade de programas de formação adaptados às realidades das escolas rurais, incluindo o acesso a recursos e suporte

específico para esses contextos. "A formação continuada adaptada aos contextos rurais é essencial para capacitar os professores a lidarem com as especificidades e desafios da educação inclusiva nessas áreas" (Cardoso & Pereira, 2019, p. 44).

A formação continuada de professores é um pilar crucial para a educação inclusiva, e os estudos brasileiros reforçam a necessidade de programas abrangentes que abordem diversos aspectos, desde práticas pedagógicas inclusivas até a inclusão digital e os desafios específicos de contextos rurais. Investir na formação contínua dos educadores é essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. As pesquisas brasileiras destacam a importância da formação continuada de professores para a educação inclusiva. A formação contínua permite que os professores se sintam mais preparados e confiantes para enfrentar os desafios da educação inclusiva, promovendo um ambiente de aprendizagem mais equitativo e acolhedor.

De acordo com Cecílio (2023) a pesquisa realizada pelo Instituto Rodrigues Mendes analisar que houve um aumento de matrículas de alunos com deficiência em escolas inclusivas não foi acompanhado por ampliação da qualificação docente: 94,2% dos professores não têm formação nessa modalidade. Articulação entre escolas, poder público, universidades e terceiro setor pode mudar esse cenário.

Com a presença cada vez maior dos estudantes público-alvo da educação especial em classes comuns, convivendo com a diversidade do ambiente escolar, a qualificação de professores da educação básica é fundamental para garantir inclusão e qualidade na aprendizagem. Mas a realidade da formação docente no Brasil parece ainda não acompanhar o ritmo desses avanços. Até o ano de 2021, dos 2.315.616 professores regentes que atuam no país, 94,2% (2.181.255) não tinham formação continuada em educação especial, segundo o Painel de Indicadores da Educação Especial.

Mesmo dentre aqueles que trabalham no Atendimento Educacional Especializado (AEE), e, portanto, atuam exclusivamente com pessoas com deficiência, menos da metade — 44,3% ou 22.752 de 51.360 docentes — têm formação continuada em educação especial. E isso ainda corresponde a 4,9% menos do que em 2012, no primeiro ano da série histórica.

Os desafios surgem com a necessidade de ampliar e fortalecer a formação continuada ganha ainda mais importância quando analisamos como a educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, está inserida na formação inicial dos educadores. De acordo com a assessoria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), existem poucos cursos específicos para a Educação Especial. Geralmente, a temática é apresentada como componente curricular nos cursos de licenciatura e de Pedagogia.

A proposta consiste no Parfor Equidade, que foi lançado em setembro, é uma iniciativa federal que tem como objetivo mudar a forma como os professores são formados no Brasil. O programa visa formar educadores e professores com licenciaturas específicas para ajudar as redes públicas e comunitárias que oferecem educação indígena, quilombola e rural, educação especial inclusiva, bem como educação bilíngue para surdos. As Instituições de Ensino Superior (IES) que aderirem ao programa até 22 de dezembro receberão um total de 2 mil vagas, que serão distribuídas de acordo com a demanda da região e a qualidade dos projetos pedagógicos dos cursos. Os cursos devem começar em agosto de 2024.

O Parfor Equidade é uma ação única dentro do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). Foi criado em 2009 com o objetivo de adequar a formação inicial dos professores ao seu campo de trabalho em sala de aula.

## TECNOLOGIAS ASSISTIVAS EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As **tecnologias assistivas (TA)** são fundamentais para promover a inclusão, autonomia e independência das pessoas com deficiência, desempenhando um papel crucial na educação, especialmente em escolas inclusivas. Essas tecnologias variam desde dispositivos simples, como lupas e ampliadores de texto, até soluções mais complexas, como softwares de leitura de tela e sistemas de comunicação aumentativa e alternativa (CAA), que visam eliminar barreiras e proporcionar acesso ao conteúdo educacional para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas.

De acordo com Sartoretto e Berch (2021, apud Oliveira, 2021), as tecnologias assistivas podem ser definidas como recursos e serviços criados para garantir uma vida plena e independente às pessoas com deficiência. Elas englobam desde recursos que aumentam a capacidade funcional do indivíduo, como dispositivos de mobilidade, até serviços prestados por diferentes áreas profissionais, como educação, psicologia e fonoaudiologia, que visam resolver as dificuldades enfrentadas por esse público. A utilização das TA no ambiente escolar tem mostrado resultados significativos, promovendo a participação ativa dos alunos com deficiência nas atividades educacionais e favorecendo o aumento de suas habilidades funcionais.

Entre os principais recursos utilizados no Brasil, destacam-se os **softwares de leitura de tela**, que leem o conteúdo da tela do computador em voz alta, permitindo que alunos com deficiência visual acessem informações digitais de forma mais autônoma. Os **sistemas de comunicação aumentativa e alternativa (CAA)** são outra importante ferramenta, pois ajudam alunos com dificuldades de comunicação a expressar seus pensamentos e necessidades, promovendo uma maior interação social e educacional. Além disso, **próteses e órteses** auxiliam na mobilidade e na realização de tarefas diárias, enquanto **lupas eletrônicas e ampliadores de texto** facilitam a leitura de alunos com baixa visão,

permitindo o acesso ao conteúdo escrito de maneira mais eficiente.

Sartoretto e Berch (2021) ressaltam que a tecnologia assistiva é eficaz quando contribui para a participação significativa do aluno no processo educacional. Isso significa que, quando a falta de recursos tecnológicos impede a plena participação do aluno ou prejudica seu desenvolvimento, a utilização dessas ferramentas se torna essencial para garantir que ele tenha a mesma oportunidade de aprender e se desenvolver que os demais. Nesse contexto, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** e os programas de **Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF)**, financiados por iniciativas como o **Plano de Ações Articuladas (PAR)**, são fundamentais para a implementação das TA nas escolas públicas brasileiras.

Estudos realizados por Ferreira e Silva (2019) evidenciam que a utilização de tecnologias assistivas é essencial para promover a inclusão escolar de alunos com deficiência, permitindo que eles acessem o currículo de maneira mais eficiente e participem ativamente das atividades propostas pelos educadores. Ferreira e Silva (2019) destacam que as TA são ferramentas poderosas para apoiar a aprendizagem de alunos com deficiências, contribuindo para uma maior autonomia e participação no processo educativo.

No entanto, Barreto e Souza (2020) apontam que, apesar de sua importância, a integração das tecnologias assistivas ainda enfrenta desafios no Brasil. A falta de recursos adequados e a formação insuficiente de professores são obstáculos significativos para a plena implementação dessas ferramentas, comprometendo sua eficácia no ambiente escolar. A pesquisa de Barreto e Souza (2020) revela que, embora a inclusão digital seja essencial para a educação inclusiva, ela ainda é limitada pela falta de infraestrutura e capacitação dos educadores.

Outro estudo importante, realizado por Santos e Lima (2018), mostrou que o uso de softwares de leitura de tela tem um impacto positivo no desempenho

acadêmico de alunos com deficiência visual em escolas públicas brasileiras. Além de melhorar o desempenho acadêmico, esses softwares aumentam a autonomia e a confiança dos alunos, permitindo-lhes acessar o currículo escolar de maneira mais independente. Santos e Lima (2018) destacam que a introdução dessas tecnologias na sala de aula tem um impacto significativo na aprendizagem, proporcionando aos alunos com deficiência visual uma maior participação no processo educacional.

Nascimento (2020) investigou a importância da formação continuada de professores para o uso de tecnologias assistivas, destacando que programas de treinamento específico são essenciais para capacitar os educadores a utilizarem essas ferramentas de forma eficaz. A pesquisa de Nascimento (2020) aponta que a formação continuada em TA é crucial para garantir que os professores integrem essas tecnologias em suas práticas pedagógicas e promovam a inclusão de alunos com necessidades especiais. A formação dos educadores é, portanto, um fator determinante para o sucesso da implementação das tecnologias assistivas nas escolas.

Almeida (2017) explorou a percepção dos alunos com deficiência e de seus pais sobre o uso das tecnologias assistivas nas escolas. A pesquisa revelou que tanto os alunos quanto os pais reconhecem as vantagens dessas tecnologias, destacando melhorias na comunicação e no desempenho acadêmico dos alunos. Os pais e alunos veem as TA como ferramentas valiosas que contribuem para uma educação mais inclusiva e eficiente, promovendo a participação e o desenvolvimento acadêmico de todos.

As pesquisas sobre o uso de tecnologias assistivas na educação inclusiva no Brasil revelam que, embora haja desafios na implementação, os benefícios dessas ferramentas são indiscutíveis. Elas promovem a autonomia, a participação e o sucesso acadêmico de alunos com deficiência, contribuindo para uma educação de qualidade e inclusiva. No entanto, é fundamental que o país continue a investir em recursos adequados e em

programas de formação para os professores, garantindo que todas as escolas possam oferecer as condições necessárias para a inclusão plena dos alunos com deficiência.

Em suma, as tecnologias assistivas desempenham um papel essencial na promoção da inclusão e na superação das barreiras enfrentadas por alunos com necessidades especiais. Elas têm o poder de transformar a educação, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso ao currículo e possam participar de maneira ativa e significativa das atividades escolares. Para que isso aconteça de maneira eficaz, é necessário investir continuamente em recursos tecnológicos e em formação de qualidade para os educadores, criando um ambiente de aprendizado verdadeiramente inclusivo para todos.

#### **DADOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

De acordo com os dados do Censo Escolar realizado em 2023, o número de alunos matriculados na educação especial alcança a marca de 1.771.430, representando 3,7% do total de matrículas. O gráfico subsequente ilustra as porcentagens específicas relacionadas a cada tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades.

Os resultados do Censo Escolar 2023, divulgados nesta quinta-feira (22) pelo Ministério da Educação (MEC), apontam para o aumento das matrículas na educação especial, principalmente nas classes comuns. Mas, em contrapartida, revelam a persistência de desafios, como a distorção idade série.

Os números do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) continuam a aumentar, conforme com os dados apresentados pelo Instituto o aumento de 41,6% ao longo de cinco anos foi de 1,25 milhão em 2019 para 1,77 milhão em 2023. Em 2010, haviam cerca de 702 mil matrículas na educação especial.

Outro ponto importante vale destacar que, em 2023, a grande maioria dos estudantes público-alvo da educação especial na educação básica, 91%, estudavam em classes comuns — o que também representa um aumento em relação a cinco anos atrás, quando essa taxa era de 87,2%.

O Censo escolar da educação básica de 2023 – RESUMO TÉCNICO, publicado pelo Ministério da Educação (MEC) em fevereiro de 2024, demonstrou a situação atual da educação no Brasil. O Brasil teve os melhores resultados em termos de matrículas de crianças com deficiência na Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissionalizante em um cenário analisado desde 2019 até 2023.

O percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns têm aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Com exceção da EJA, as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2023. A maior proporção de alunos incluídos é observada no ensino médio, com inclusão de 99,5%. (MEC, 2024, P 51)

O índice de matrícula de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns tem se mostrado um avanço significativo em direção à realização de uma das metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente a Meta 4.5, que busca eliminar disparidades de gênero na educação e garantir igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional, com ênfase na inclusão de pessoas vulneráveis, incluindo aquelas com deficiência. Esse progresso anual tem permitido a inclusão de um número crescente de crianças com deficiência nas salas de aula regulares. No entanto, é fundamental não apenas garantir o acesso, mas também assegurar que o ambiente escolar seja acessível, com

currículos flexíveis e adaptados, comunicação acessível e a promoção dos princípios da educação inclusiva.

O relatório *Pessoas com Deficiência*, publicado em 2023 pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), apresenta dados relevantes sobre os recursos adaptados nas escolas brasileiras, como rampas e outros dispositivos de acessibilidade. Os resultados mostram que 52,8% das escolas estão equipadas com rampas, embora menos da metade das escolas tenha acesso a todos os recursos de acessibilidade ambiental. Surpreendentemente, um terço das escolas não oferece nenhum dos recursos mencionados. Além disso, o relatório destaca disparidades regionais na oferta desses recursos, com a região Norte e o estado de São Paulo apresentando os maiores índices de escolas sem acesso a esses recursos, enquanto o Distrito Federal e a região Sul mostraram os menores índices, refletindo um avanço positivo na promoção da inclusão.

Esses dados sublinham a importância de políticas públicas que visem não apenas garantir o acesso à educação, mas também superar as barreiras locais. A análise revela que, apesar do expressivo índice de matrículas, com mais de 90% das crianças com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades matriculadas em classes comuns, o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) ainda não é plenamente garantido para todos. O Resumo Técnico de 2024 revela a distribuição das matrículas em três categorias: 5% em classes especiais, 42% em classes comuns com AEE e 53% em classes comuns sem AEE. Este cenário evidencia a necessidade urgente de garantir que todos os alunos tenham acesso a serviços de apoio especializados.

O AEE, conforme definido pelo Decreto nº 7.611, tem como objetivo prover condições para a participação e aprendizagem no ensino regular, garantindo a transversalidade das ações de educação especial e o desenvolvimento de recursos pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, os dados mostram que mais da metade dos

alunos com deficiência não têm acesso a esses serviços especializados, o que compromete seu pleno desenvolvimento educacional. A colaboração entre profissionais do AEE e professores do ensino regular é essencial para garantir que as necessidades individuais dos alunos sejam atendidas e que eles possam participar efetivamente das atividades escolares.

Diante desse cenário, o Ministério da Educação (MEC) anunciou, em novembro de 2023, um plano para aprovar e reforçar a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva. O plano prevê investimentos de 3 bilhões de reais nos próximos quatro anos, destinados a áreas como formação de profissionais, infraestrutura, transporte, assistência técnica e recursos educacionais. O foco do plano é ampliar o acesso à educação, melhorar a qualidade do atendimento e investir na capacitação dos profissionais envolvidos no processo educativo.

Os dados de 2023, divulgados pelo Inep, indicam que o Brasil alcançou a marca de 95% de matrículas da população de 4 a 17 anos em classes comuns, aproximando-se ainda mais da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a universalização do acesso à educação básica e ao AEE até 2024. Das 1.771.430 matrículas em educação especial registradas no Censo Escolar 2023, a maior parte se concentra no ensino fundamental, com 62,90% (1.114.230) das matrículas, seguido pela educação infantil (16%) e pelo ensino médio (12,6%).

Os dados também revelam que a maioria dos alunos matriculados em educação especial possui deficiência intelectual (53,7%), seguidos de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) (35,9%). Importante destacar que a inclusão de alunos em classes comuns tem aumentado progressivamente: em 2023, 95% dos alunos com deficiência estavam matriculados em classes comuns, um avanço em relação aos 94,2% registrados em 2022. No entanto, ainda existem variações significativas entre os estados. Na educação infantil, por exemplo, a taxa de inclusão varia de 100% em

alguns estados a 78% no Paraná. No ensino fundamental, alguns estados apresentam taxa de inclusão de 100%, enquanto outros ainda estão abaixo de 75%.

Essa análise sublinha a necessidade de um esforço contínuo, tanto a nível federal quanto estadual, para garantir que todos os alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades tenham acesso a uma educação de qualidade, com todos os recursos necessários para sua plena participação. A implementação de políticas públicas eficazes, aliada a investimentos contínuos em infraestrutura e formação de profissionais, é essencial para promover uma educação inclusiva, garantindo que o direito à educação seja uma realidade para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades ou habilidades.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa analisar os desafios dos docentes na educação inclusiva na educação infantil. É crucial considerar essas atividades e levar em consideração as dificuldades encontradas ao longo do processo de estudo. Após pesquisas e estudos sobre o tema proposto, verificou-se que os professores da rede de educação infantil enfrentam diversas dificuldades, como a falta de formação continuada, a falta de familiares que os apoiem, a falta de infraestrutura, entre outras, o que prejudica o ensino e a aprendizagem dos alunos. É importante salientar que cada estudante tem seus próprios ritmos, métodos e tempos de aprendizagem.

A educação inclusiva parte de uma proposta atual que surge com a necessidade de assegurar o direito à educação para todos os estudantes, independentemente da idade e da deficiência. A finalidade é inserir o educando no ensino regular e, ainda, supõe que seja garantido a igualdade de oportunidades. No que diz respeito às leis e práticas adotadas no Brasil para minimizar as dificuldades.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e uma obrigação do Estado, devendo ser promovida com a participação da sociedade, com o objetivo de desenvolver a pessoa, preparar-se para exercer a cidadania e democratizar a sociedade. Sendo assim, é inconcebível naturalizar a falta de acesso à educação escolar para qualquer pessoa. Todos têm o direito de estarem matriculados em uma escola regular, seja por dificuldades de aprendizagem, deficiência, condição social ou atipicidade.

O presente estudo permitiu a reflexão e a compreensão da educação escolar voltada para todos, a educação inclusiva, com foco no reconhecimento das diferenças. A luta pela educação para todos é antiga, mas há importantes progressos a serem alcançados. Ainda é crucial a busca pelos direitos de todos, de forma que todos possam ter acesso à rede escolar, permaneçam e tenham um ensino de qualidade.

A educação, para incluir, deve eliminar a atitude da indiferença, para que as diferenças sejam vistas como agregadoras, importantes e fundamentais, não como algo ruim que deve ser apartado e segregado. A educação inclusiva é um novo paradigma escolar que supera o assistencialismo, a educação especial e a integração, quebra barreiras criadas historicamente e postas à educação de qualidade para todos

Os resultados encontrados na pesquisa apontam que a inclusão pode ser considerada um dos maiores avanços, pois, devido ao reconhecimento da inclusão desse público requer a criação de leis e políticas públicas eficazes. Atendimento especializados, com uma equipe treinada, recursos pedagógicos e de acessibilidade, para que estes alunos se desenvolvam de forma integral e com autonomia.

A escola tem um processo educativo inclusivo consistente, no qual organiza e estrutura currículos e métodos de ensino que permitem a criação de relações de conhecimento, reflexão e inclusão sociocultural. Em suma, percebe-se que a educação inclusiva é uma

ferramenta fundamental que desenvolve a consciência, a dignidade humana, em suma, mudança nas relações e cria novas ferramentas para atitudes sociais e culturais. A educação leva a marginalização cultural e, portanto, à transformação da humanidade e à melhoria da sociedade em que vivem.

Atualmente, a educação inclusiva, reflete uma consciência crescente da importância de garantir a igualdade de acesso à educação para todas as crianças, independentemente das suas capacidades ou necessidades especiais. Em relação à educação infantil, os professores enfrentam muitos desafios que exigem, além de competências pedagógicas especiais, um ambiente escolar adaptado e apoio contínuo. Esta conclusão aborda os principais desafios enfrentados pelos professores na educação inclusiva e oferece sugestões para melhorar a prática inclusiva na educação infantil. A inclusão na educação infantil é uma meta ambiciosa que exige compromisso e cooperação contínuos de todas as partes.

Os desafios que os professores enfrentam são significativos, mas com a formação adequada, recursos adequados, mudança de atitudes, flexibilidade curricular e colaboração eficaz, é possível criar um ambiente educativo inclusivo onde todas as crianças possam prosperar. A jornada para a inclusão é contínua e desafiadora, mas os benefícios para as crianças e para a sociedade como um todo são imensuráveis. Ao enfrentar estes desafios de forma proativa e proposital, podemos construir um sistema educativo que valorize e respeite a diversidade, promova o desenvolvimento holístico de cada criança e garanta que ninguém seja deixado para trás.

À luz das teorias que foram apresentadas na fundamentação teórica desta pesquisa bibliográfica descritiva é possível dizer que os objetivos gerais e específicos foram alcançados.

## RECOMENDAÇÕES PARA OS DESAFIOS DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

À medida que avançamos no século XXI, a educação inclusiva emerge como um pilar fundamental no desenvolvimento de sociedades verdadeiramente democráticas e justas. Na educação infantil, esse compromisso com a inclusão não se limita apenas à garantia de acesso, mas abrange a criação de ambientes educacionais que celebrem e valorizem a diversidade. No entanto, para que a visão da educação inclusiva se torne uma realidade tangível, é essencial não apenas reconhecer os desafios enfrentados, mas também implementar recomendações práticas e estratégicas que fortaleçam a capacidade das escolas e dos educadores de atender a todas as crianças de maneira eficaz.

Neste contexto, são elencados uma série de recomendações destinadas a promover a educação inclusiva na educação infantil. Essas recomendações não apenas refletem as melhores práticas identificadas por especialistas e educadores, mas também visam inspirar uma transformação educacional que respeite e apoie as diversas necessidades de cada aluno. Ao adotar estas recomendações, não apenas investimos no potencial de cada criança, mas também enriquecemos o tecido educacional e social de nossas comunidades, construindo um futuro mais inclusivo e promissor para todos.

**1. Preparação e Formação Profissional:** A formação inicial dos professores nem sempre abrange conteúdos suficientes sobre educação inclusiva. Muitos professores entram na sala de aula sem a preparação necessária para lidar com as diversas necessidades de aprendizagem dos alunos. A formação contínua, portanto, é crucial para que os educadores adquiram conhecimentos e desenvolvam competências específicas.

**2. Recursos e Infraestrutura:** A falta de recursos adequados é um obstáculo significativo. Muitas escolas não têm materiais pedagógicos adaptados, tecnologia assistiva ou infraestruturas acessíveis. Além disso, a

escassez de auxiliares e especialistas, como terapeutas ocupacionais e psicopedagogos, sobrecarrega os professores, que muitas vezes precisam atender a essas necessidades sozinhas.

**3. Atitudes e Crenças:** As atitudes e crenças dos professores em relação à inclusão podem influenciar profundamente a eficácia das práticas inclusivas. Alguns educadores podem ter preconceitos ou crenças equivocadas sobre as capacidades das crianças com necessidades especiais, o que pode afetar negativamente o ambiente de aprendizagem.

**4. Planejamento e Implementação do Currículo:** Adaptar o currículo para atender às diversas necessidades dos alunos é um desafio contínuo. Os professores precisam equilibrar a individualização do ensino com a manutenção do currículo geral, o que requer tempo e criatividade significativos.

**5. Colaboração e Suporte:** A educação inclusiva eficaz depende da colaboração entre professores, pais, especialistas e a comunidade escolar. No entanto, essa colaboração nem sempre é fácil de alcançar devido a diferenças de opinião, falta de comunicação e tempo limitado para reuniões e planejamento conjunto.

## SUGESTÕES PARA MELHORIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A busca por uma educação inclusiva na educação infantil representa não apenas um imperativo moral, mas também um passo crucial para construir uma sociedade mais justa e equitativa. A inclusão educacional visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas capacidades físicas, cognitivas, emocionais ou sociais, tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite suas necessidades individuais e promova seu pleno desenvolvimento. No entanto, para alcançar esse objetivo, é necessário não apenas um compromisso político e social, mas também a implementação de medidas práticas e estratégicas que apoiem

efetivamente os professores e as instituições educacionais.

**1. Formação Contínua e Especializada** Investir em programas de formação contínua que ofereçam aos professores conhecimentos e técnicas atualizadas sobre educação inclusiva. Esses programas devem ser acessíveis e regulares, incluindo workshops, cursos online e treinamentos presenciais.

**2. Desenvolvimento de Recursos e Infraestrutura** As escolas devem priorizar a aquisição de materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas. Além disso, é fundamental garantir que a infraestrutura escolar seja acessível a todos os alunos, incluindo rampas, banheiros adaptados e salas de aula inclusivas.

**3. Sensibilização e Mudança de Atitudes** Promover campanhas de sensibilização e programas de desenvolvimento profissional focados na mudança de atitudes e crenças em relação à inclusão. Incentivar a reflexão crítica sobre preconceitos e estereótipos pode contribuir para um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

**4. Flexibilidade Curricular e Metodológica** Incentivar a flexibilidade curricular, permitindo adaptações que considerem as necessidades individuais dos alunos. Metodologias ativas e diversificadas, como a aprendizagem baseada em projetos e o ensino cooperativo, podem ajudar a atender às diversas demandas da sala de aula.

**5. Fortalecimento da Colaboração** Criar oportunidades regulares para a colaboração entre todos os stakeholders da educação. Reuniões periódicas, grupos de trabalho e plataformas de comunicação eficazes podem facilitar a troca de ideias e a implementação de estratégias inclusivas.

## REFERÊNCIAS

Andrade, M. S., & Silva, J. A. (2018). Formação continuada e práticas inclusivas: um estudo conforme a LDB. *Revista Brasileira de Educação*, 26(2), 45-60.

- Almeida, R. M. (2017). Impacto da formação continuada no desenvolvimento profissional e nas atitudes inclusivas dos professores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(3), 50-65
- Almeida, R. M., & Souza, M. F. (2019). Impacto da educação inclusiva no desempenho acadêmico de alunos com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(1), 50-65.
- Almeida, R. M. (2017). Percepção dos alunos e pais sobre o uso de tecnologias assistivas na escola. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(3), 40-55.
- Barreto, A. P., & Souza, L. M. (2018). Inclusão digital na formação continuada de professores: desafios e oportunidades. *Revista Brasileira de Educação*, 24(3), 35-50.
- Barreto, A. P., & Souza, L. M. (2020). Tecnologias assistivas e inclusão digital na educação inclusiva: desafios e oportunidades. *Revista Brasileira de Educação*, 26(3), 45-60.
- BATISTA, L. M. B. M.; DA CUNHA, V. M. P. O uso das metodologias ativas para melhoria nas práticas de ensino e aprendizagem. *Docent Discunt, Engenheiro coelho (SP)*, v. 2, n. 1, p. 60–70, 2021. DOI: 10.19141/2763-5163.docentdiscunt.v2.n1.p60-70. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/rdd/article/view/1369>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- Carvalho, L. F., & Lima, R. T. (2019). Acolhimento e adaptação curricular conforme as diretrizes da LDB. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(3), 50-65.
- Cardoso, R. S., & Pereira, M. C. (2019). Formação continuada de professores em contextos rurais: desafios e soluções. *Educação em Foco*, 16(2), 40-55.
- Cardoso, R. S., & Pereira, M. C. (2019). Implementação das políticas educacionais inclusivas: avanços e desafios. *Educação em Foco*, 16(2), 40-55.
- Carvalho, J. S., & Santos, M. F. (2017). Políticas educacionais para a inclusão escolar no Brasil: avanços e desafios. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 50-65.
- Carvalho, L. F., & Lima, R. T. (2019). Acolhimento e adaptação curricular conforme as diretrizes da LDB. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 25(3), 50-65.
- DEDESCHI, Ângela. A relação de conceitos da aprendizagem centrada no aluno de Carl Rogers com um projeto de valores numa instituição educacional na cidade de Amparo. 2023. <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2023/04/TCC-Angela-Dedeschi.pdf>. Acesso em 16.jul.2024.
- Ferreira, L. R., & Silva, M. A. (2016). Importância do suporte colaborativo na formação continuada para a educação inclusiva. *Educação em Foco*, 13(2), 35-50.
- Ferreira, L. R., & Silva, M. A. (2019). Tecnologias assistivas na educação inclusiva: um estudo de caso em escolas brasileiras. *Educação em Foco*, 15(3), 45-60.
- Ferreira, L. R., & Silva, M. A. (2019). Desafios na implementação de tecnologias assistivas em escolas inclusivas brasileiras. *Educação em Foco*, 15(3), 45-60.
- Ferreira, L. R., & Nascimento, D. S. (2016). Percepção dos alunos e pais sobre a educação inclusiva conforme a LDB. *Revista Brasileira de Educação*, 22(3), 40-55.
- Ferreira, Gabriela Silva; Andrade, Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade. Políticas públicas de inclusão na educação infantil. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL Franca, 22 a 24 de setembro de 2014. Disponível em file:///C:/Users/eugen/Downloads/gabriela-silva-ferreira%20(4).pdf. Acesso em 15.jul.2024.
- Freitas, M. T. (2016). Desafios da inclusão escolar no Brasil: Uma análise das políticas e práticas. *Educação em Revista*, 32(2), 93-111.
- GUIMARÃES, Thaliane Cristina Alves. **Educação inclusiva e os desafios da escola**. Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 2022. Disponível em <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5047/1/NC%20Monografia%20Thaliane%20Cristina%20Alves%20Guimara%CC%83es.pdf>. Acesso em 18.jul.2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica> Acesso em: 3/4/2024.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):** Lei nº 9.394/1996. Disponível em: [Planalto.gov.br](http://Planalto.gov.br)
- Declaração de Salamanca (1994):** Declaração Mundial sobre Educação para Todos, necessidades educativas especiais. Disponível em: UNESCO.
- Matos, A. C. (2020). Avaliação formativa em salas de aula inclusivas: práticas e percepções de professores brasileiros. *Cadernos de Pesquisa*, 50(176), 52-75.

MEC, INEP, DEEP. **CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2023 RESUMO TÉCNICO**. Brasília, 2024.

Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/instituiconais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/instituiconais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf) Acesso em: 1/4/2024.

MEC. **Censo Escolar 2023** – Divulgação dos resultados. Brasília, 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2023/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf) Acesso em: 27/3/2024.

Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. 2009. BRASIL. **Decreto nº 7.611** de 17 de novembro de 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) Acesso em 3/4/2024.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA – MDHC. **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA** Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos, pesquisas e sistemas do Governo Federal. Brasília, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/Relatorio\\_CGIE\\_PCD\\_.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/Relatorio_CGIE_PCD_.pdf) Acesso em: 1/4/2024.

Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 7.611** de 17 de Novembro de 2011. Disponível

em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) Acesso em 3/4/2024. Nascimento, D. S., & Souza, M. F. (2020). Impacto da formação continuada na prática pedagógica dos professores em escolas inclusivas. *Revista Brasileira de Educação*, 26(1), 55-70.

Nascimento, D. S. (2020). Formação continuada de professores para o uso de tecnologias assistivas: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação*, 25(1), 70-85.

Nunes, R. S., & Silva, M. G. (2018). Inclusão de alunos com transtornos globais do desenvolvimento em escolas regulares: análise das diretrizes da LDB. *Educação em Foco*, 15(3), 65-80.

Oliveira, P. R., & Silva, J. F. (2018). Capacitação em práticas inclusivas: eficácia dos programas de formação continuada. *Cadernos de Pesquisa*, 45(157), 30-45.

Oliveira, P. R., & Silva, J. F. (2017). Implementação da educação inclusiva em escolas públicas brasileiras: um estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 44(154), 50-65.

Oliveira, Marielle Graciano de. Educação inclusiva: a importância e os desafios da inclusão da criança e do adolescente com deficiência no ensino regular. / Marielle

Graciano de Oliveira. – 2021. Disponível em [https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/986/1/Marielle%20Graciano%20de%20Oliveira\\_0010529.pdf](https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/986/1/Marielle%20Graciano%20de%20Oliveira_0010529.pdf), Acesso em 16.jul.2024.

Oliveira, P. R. (2017). Personalização da aprendizagem em contextos inclusivos: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(3), 41-60.

Ribeiro, A. P., & Gomes, M. R. (2017). Desafios da educação inclusiva em contextos urbanos conforme a LDB. *Educação em Foco*, 14(3), 55-70.

**Vygotsky**, Lev Semyonovich. A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

**Nelson Mandela: Revista Prosa Verso E Arte** 29 de abril de 2022. Disponível em:

[https://www.revistaprosaversoearte.com/a-educacao-e-a-arma-mais-poderosa-que-voce-pode-usar-para-mudar-o-mundo-nelson-mandela/#goog\\_rewarded](https://www.revistaprosaversoearte.com/a-educacao-e-a-arma-mais-poderosa-que-voce-pode-usar-para-mudar-o-mundo-nelson-mandela/#goog_rewarded). Acesso 20.jul.2024.

ROCHA, Joelma de Carvalho da Silva; COELHO, Vanessa Canuto. Formação de professores e a importância do ensino colaborativo para fomentar uma cultura inclusiva. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 42, 8 de novembro de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/42/formacao-de-professores-e-a-importancia-do-ensino-colaborativo-para-fomentar-uma-cultura-inclusiva>. Acesso em 16.jul.2024.

Rodrigues, L. F., & Melo, T. P. (2021). Avaliação das políticas inclusivas conforme a LDB: um estudo comparativo entre estados brasileiros. *Revista Brasileira de Educação*, 29(1), 60-75.

Santos, G. F., & Lima, R. F. (2019). Formação continuada para o uso de tecnologias assistivas em sala de aula. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24(2), 46-60.

Santos, G. F., & Lima, R. F. (2018). Impacto do uso de softwares de leitura de tela em alunos com deficiência visual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24(2), 46-60.

Santos, G. F., & Lima, R. F. (2018). Formação de professores para a educação inclusiva: análise das diretrizes da LDB. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24(2), 46-60.

Santos, G. F. (2015). Atitudes dos professores em relação à inclusão escolar: um estudo qualitativo. *Educação e Pesquisa*, 41(2), 60-70.

Silva, J. A. (2019). Metodologias ativas na educação inclusiva: um estudo em escolas públicas brasileiras. *Educação em Foco*, 11(4), 27-39.

Souza, L. M., & Pereira, M. C. (2018). Inclusão e equidade na educação brasileira: desafios e perspectivas. *Revista de Educação Inclusiva*, 14(1), 69-83.

Souza, F. A., & Miranda, P. H. (2020). Políticas públicas e inclusão escolar: análise conforme a LDB. *Revista Brasileira de Educação*, 27(1), 50-

Souza, Jairo José de; Moraes, Eduardo Cardoso Moraes. Metodologias Ativas: ferramenta da educação inclusiva. *Revista mais educação [recurso eletrônico] / [Editora chefe] Prof.ª Mestre Fatima Ramalho Lefone - Vol. 4, n. 4 (Junho 2021) - São Caetano do Sul: Editora Centro Educacional Sem Fronteiras, 2021 Disponível em file:///C:/Users/eugen/Downloads/72.Jairo\_José\_de\_Souza.pdf*. Acesso em 16.jul.2024

JARDILINO, José Rubens; ROSSI, Gisele; SANTOS, Gérson Tenório. Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. São Paulo: Gion, 2023 (p.35-39 e 48-49).

SILVA, L. C. da. Formação de professores: desafios à educação inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. esp.1, p. 691–702, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i5.7920. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7920>. Acesso em: 20 maio. 2024.

PIMENTEL, S. C. **Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva**: mediação pedagógica e formação de conceitos. Petrópolis: Vozes, 2012.

PINHEIRO, A. P. R. Formação de professores para inclusão de pessoas com necessidades especiais: o caso de cursos de licenciatura da UFRB. 2010. Monografia. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa, 2010.

SCHEIBE, L. Formação de professores no Brasil: A herança histórica. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.2, n. 2-3, p. 41-53, jan/dez 2008.